

HABEAS CORPUS Nº 493.225 - SP (2019/0041515-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : PAULA TATHIANA PINHEIRO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
ADVOGADO : PAULA TATHIANA PINHEIRO - SP240405
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CLEITON FERNANDES DO NASCIMENTO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **CLEITON FERNANDES DO NASCIMENTO**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

No presente *writ*, o impetrante sustenta, em síntese, que sofre constrangimento ilegal em razão da demora do Tribunal Estadual em apreciar o Agravo em Execução que visa a reforma da decisão que denegou o benefício do livramento condicional.

Requer a concessão da liminar para que seja determinado o imediato julgamento de seu benefício pelo Tribunal de Justiça, ou a sua concessão por esta Corte Superior.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator